

ESPAÇO A3-APOIO AO ALUNO E CURSO DE PSICOLOGIA

Acessibilidade: adaptação no estágio de psicodiagnóstico para estudante deficiente visual

Accessibility: adaptation in the psychodiagnostic internship for visually impaired students

Adelice Jaqueline BICALHO¹
Luana BARREIROS²
Michele Andrade de BRITO³

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência visual em cursos de graduação representa um avanço significativo na luta pela equidade no campo educacional (Abdalla; Villas Bôas, 2018). No entanto, apesar dos progressos alcançados, os estudantes cegos ainda enfrentam inúmeros desafios e barreiras que impactam diretamente sua trajetória na formação profissional (Braz, 2023).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 6,5 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência visual. No contexto acadêmico, a presença desses estudantes em cursos de graduação tem aumentado gradualmente, incluindo no curso de psicologia (Lisboa *et al.*, 2022). Contudo, estatísticas mostram que a taxa de desistência entre estudantes com deficiência visual é consideravelmente alta, apontando para a necessidade de uma atenção especial às suas demandas específicas (Silva, 2014). Os desafios enfrentados por esses estudantes vão além das barreiras físicas e estruturais (Lisboa *et al.*, 2022).

¹ Mestrado em educação pela Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR, professora da UNIVALE e psicopedagoga do serviço de inclusão do Espaço A3/UNIVALE. E-mail: adelice.bicalho@univale.br.

² Psicóloga, Especialista em Educação Inclusiva, Psicóloga do Serviço de Inclusão do Espaço A3/UNIVALE. Email: luana.barreiros@univale.br

³ Doutoranda em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, psicóloga do Centro de Referência e Apoio à Educação Inclusiva. Email: michele.brito@univale.br.

No curso de psicologia, um dos maiores desafios está no estágio de psicodiagnóstico, etapa essencial para graduação em psicologia, onde ocorre a aplicação de testes psicométricos, majoritariamente visuais, portanto, este estudo tem como objetivos identificar as barreiras na trajetória acadêmica de estudantes de graduação no curso de psicologia com deficiência visual e adaptar ações na execução do estágio de psicodiagnóstico, com adequação parcial de testes de inteligência e de personalidade

A literatura aponta que o psicodiagnóstico constitui um conjunto integrado de práticas e técnicas que envolve testes psicológicos, observações sistemáticas, entrevistas clínicas e aplicação de questionários e inventários, configurando um método científico para compreender o estado atual do psiquismo de um indivíduo, com implicações tanto diagnósticas quanto prognósticas (Cunha, 2021). Essa ferramenta, de caráter exclusivo ao psicólogo clínico, demanda domínio técnico-científico, especialmente no que se refere à psicometria, área fundamental para a análise da personalidade e das funções cognitivas (Cortez, 2019; Hutz; Bandeira; Trentini, 2015). Nesse sentido, a aprendizagem rigorosa da aplicação e interpretação de testes é etapa indispensável na formação profissional, pois viabiliza uma avaliação precisa e eticamente respaldada, essencial para a prática clínica (Cunha, 2021; Rigoni; SÁ, 2016).

No contexto do ensino superior, a transversalidade da educação especial exige a implementação de políticas que garantam acesso, permanência e participação efetiva de estudantes com deficiência (Amorim; Antunes; Santiago, 2021). Tais ações envolvem desde adaptações arquitetônicas até a reestruturação de materiais didáticos e sistemas de comunicação, conforme previsto no Decreto nº 6.571/2008 (Baptista, 2015; Brasil, 2008). A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), ao ratificar os direitos das pessoas com deficiência, reforça a necessidade de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, incluindo o superior, assegurando o pleno desenvolvimento de habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais (Cabral; Melo, 2017; Araújo; Mendes, 2019). Ainda, enfatiza a obrigatoriedade de adaptações que contemplem as singularidades dos estudantes, promovendo equidade no processo de aprendizagem (Heuert; Breitenbach; Lopes, 2022).

No âmbito da formação em Psicologia, contudo, a inclusão de estudantes com deficiência visual apresenta desafios singulares, sobretudo em estágios, como o estágio em psicodiagnóstico. Tradicionalmente, os testes psicológicos, tanto os de inteligência quanto os projetivos, são estruturados em formatos visuais, o que limita a participação de pessoas cegas (Zanfelicci; Oliveira, 2013). Esse cenário foi vivenciado no curso de Psicologia da Univale, durante o estágio de psicodiagnóstico, no qual uma estudante com deficiência visual encontrou barreiras significativas para acompanhar atividades que envolviam aplicação e correção de instrumentos padronizados.

Diante desse desafio, propôs-se a adaptação parcial de testes psicológicos por meio de recursos táteis e tradução para Braille, sem infringir diretrizes éticas que vedam a reprodução integral de instrumentos protegidos por direitos autorais. Utilizou-se a impressão 3D para criar representações físicas de elementos gráficos e adaptaram-se manuais de aplicação para o sistema Braille, permitindo que a estudante compreendesse a lógica de aplicação, correção e interpretação dos resultados. Além disso, o projeto contou com suporte de monitoria e colaboração interdisciplinar, envolvendo o curso de Psicologia e o Espaço A3 da universidade, setor responsável por promover a acessibilidade.

A relevância desta iniciativa reside em dois eixos principais: primeiro, assegurar que a formação profissional em Psicologia seja inclusiva, garantindo que futuros psicólogos com deficiência visual dominem técnicas essenciais à prática clínica; segundo, fomentar reflexões sobre a necessidade de inovações metodológicas que ampliem a acessibilidade na área da avaliação psicológica, tradicionalmente ancorada em paradigmas visuais (Cunha, 2021). Embora as adaptações não tenham abrangido a totalidade dos testes — por questões éticas e técnicas —, elas permitiram à estudante vivenciar etapas críticas do processo, como a construção de laudos e a articulação entre teoria e prática.

Posto isto, objetivou-se adaptar algumas atividades do estágio de psicodiagnóstico, com adequação parcial de alguns testes através da impressão 3D e da tradução em BRAILLE, a fim de que a estudante cega pudesse compreender

como seria a aplicação e correção de um teste de inteligência e de um teste de personalidade.

Justifica-se a relevância deste trabalho visto que o mesmo poderia possibilitar que a estudante compreendesse o funcionamento e a aplicabilidade de todo o processo do psicodiagnóstico, sendo ele aplicação e correção do teste com posterior construção de laudos para seus pacientes. Para garantir essa acessibilidade foi necessário: adaptações, tradução em braille e suporte de monitoria para garantir inclusão, acessibilidade e equidade em seu processo de ensino aprendizagem.

O projeto aconteceu de forma interdisciplinar, incluindo o curso de psicologia e o Espaço A3, demonstrando que um trabalho em equipe é eficaz e funcional, principalmente quando diz respeito à promoção da acessibilidade e inclusão no ensino superior.

2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES OU METODOLOGIA

Esse processo ocorreu, num primeiro momento, através de várias reuniões de planejamento com a estudante cega, profissionais do curso de psicologia e profissionais do serviço de inclusão do Espaço A3 (Setor de apoio ao aluno da UNIVALE) para escuta ativa, alinhamento de expectativas e analisar as formas de se fazer a adaptação dos testes. Foi pensando em adaptar o teste para alto relevo, para tanto se utilizou o uso da tecnologia 3D para transformar os testes visuais em táteis e impressão em braille para as orientações técnicas de aplicação e correção do teste. O teste adaptado parcialmente foi Matrizes Progressivas Coloridas de Raven, foi adaptado em 3D para que a aluna cega pudesse entender de forma tátil como eram as pranchas do teste e aplicar no paciente, e as orientações de aplicação e correção do teste foram impressas em braille. Também tivemos o auxílio de estagiários do Espaço A3 e de uma colega de sala que funcionou de forma cooperativa para a transcrição do laudo e relatório final de estágio.

3 RESULTADOS

Os resultados demonstraram que a adaptação dos testes para o formato 3D permitiu que a aluna com deficiência visual compreendesse a funcionalidade e sua aplicabilidade. A aluna relatou uma melhor compreensão e interação com os testes adaptados, evidenciando a viabilidade e o impacto positivo da metodologia.

A parceria com o Espaço A3 foi fundamental, demonstrando a sua importância institucional mediante seu trabalho de prestar apoio aos discentes por meio de ações, serviços e programas, que envolvem o acolhimento e inclusão através da acessibilidade metodológica e instrumental, além do apoio psicopedagógico, psicológico do serviço de educação especial e inclusiva.

Tem-se que a presença de barreiras metodológicas na utilização dos testes para psicodiagnóstico, dificulta a compreensão do processo de equidade, sugerindo que a inclusão educacional dependa, da adoção de atitudes positivas voltadas para práticas de ensino e de estágio adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todos os estudantes sem discriminações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão do estudante cego no curso superior tem trazido muitos desafios, ainda mais quando se trata do curso de psicologia com o estágio de psicodiagnóstico, haja visto a escassez de testagens adaptadas para deficientes visuais. Quando se pensa na inclusão no ensino superior, concebe-se que todos estejam integrados ao meio acadêmico e social, como parte de todo o sistema articulado entre ensino, pesquisa e extensão. Essa experiência evidencia que a inclusão no ensino superior demanda mais do que adequações estruturais: exige adaptações pedagógica, compromisso ético e trabalho colaborativo entre diferentes áreas do conhecimento.

A interdisciplinaridade, neste caso, mostrou-se vital para superar limitações, demonstrando que a promoção da equidade não se restringe a cumprir legislações, mas implica repensar metodologias e valorizar a diversidade como parte integrante da excelência acadêmica. Futuros desdobramentos poderiam incluir parcerias com

órgãos de classe para discutir diretrizes sobre adaptações de testes psicológicos, assegurando rigor científico sem comprometer a inclusão.

Por fim, o estudo reforça o papel das instituições de ensino como agentes transformadores, capazes de alinhar formação técnica à responsabilidade social, preparando profissionais não apenas competentes, mas também sensíveis às demandas de uma sociedade plural.

Assim, desenvolver ações que promovam a inclusão do aluno cego é acreditar na missão da UNIVALE em formar todos seus profissionais competentes e comprometidos eticamente com o desenvolvimento humano e regional.

PALAVRAS-CHAVE: inclusão do cego; psicodiagnóstico; acessibilidade metodológica.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos a todos os envolvidos, de modo especial à aluna Saymara Mendes que vem nos ensinando a superar nossos desafios para promover práticas inclusivas no curso superior.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa; VILLAS BÔAS, Lúcia. Um olhar psicossocial para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, p. 14–41, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053144277>. Acesso em: 01 set. 2025.

AMORIM, Cassiano Caon; ANTUNES, Katiúscia C. Vargas; SANTIAGO, Mylene Cristina. Da educação básica ao ensino superior: desafios à construção do processo de inclusão em educação. **Revista Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior**, v.1, n. 1, p. 01-16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/revaies.v1i1.20958>. Acesso em: 01 set. 2025.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Educação especial e políticas de inclusão escolar no Brasil: diretrizes e tendências. *In:* Baptista, Cláudio Roberto (Org.). **Escolarização e deficiência: configurações nas políticas de inclusão escolar**. São Carlos: Marquezine & Manzini/ABPEE, 2015. p. 17-30.

BRAZ, Aissa Thamy Alencar Mendes. Um olhar das políticas públicas para a inclusão escolar da pessoa com deficiência visual. 2023. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 20 maio. 2025.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Entre a normatização e a legitimação do acesso, participação e formação do público-alvo da educação especial em instituições de ensino superior brasileiras. **Educar em Revista**, spe. 3, p. 55-70, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/WBBcj9Jm8vbzqsXnvbXVmNm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2025.

CORTEZ, Pedro Afonso. Manual de Desenvolvimento de Instrumentos Psicológicos: Contribuições Emergentes em Psicometria e Avaliação Psicológica. **Revista Avaliação Psicológica**, v. 18, n. 1, p. 108-110, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15689/ap.2019.1801.15431.12>. Acesso em: 01 set. 2025.

CUNHA, Luana Pereira da. **Conhecimentos sobre deficiência visual e processos de inclusão escolar:** uma revisão integrativa. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/16d46b84-b59c-41fe-95f5-995193efb6f0/content>. Acesso em: 01 set. 2025.

ARAÚJO, Juliana Aparecida; MENDES, Delza Ferreira. A importância do psicodiagnóstico na condução clínica: um estudo de caso. **Psicologia e Saúde em debate**, v. 5, p. 74, 2019. Disponível em: <https://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/600/363>. Acesso em: 01 set. 2025.

HEUERT, Suélly Krein; BREITENBACH, Fabiane Vanessa; LOPES, Cintia Pasa. Adaptações pedagógicas na Educação Superior: a importância da adaptação de materiais didáticos para estudantes cegos. **Educere et Educare**, v. 17, n. 43, p. 465-475, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9026577>. Acesso em: 01 set. 2025.

HUTZ, Claudio Simon; BANDEIRA, Denise Ruschel; TRENTINI, Clarissa Marcelli (org.). **Psicometria**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2015. (Coleção Avaliação Psicológica).

LISBOA, Raquel *et al.* Inclusão no ensino superior: acadêmica cega conclui curso de psicologia. **Anais do II Congresso de Pós-Graduação do UBM**, v. 1, n. 02, p. 37-43, 2022. Disponível em: <https://revista.ubm.br/index.php/copgrad2/article/view/1406>. Acesso em: 01 set. 2025.

RIGONI, Maisa S.; SÁ, Samantha Duburgas. O processo psicodiagnóstico. *In*: CUNHA, Jurema Alcides *et al.* **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, p. 47-60, 2016.

SILVA, Jackeline Susann Souza da. **Acessibilidade, barreiras e superação**: estudo de caso de experiências de estudantes com deficiência na educação superior. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4801?&&locale=pt_BR. Acesso em: 01 set. 2025.

TRINCA, Walter. **O pensamento clínico em diagnóstico de personalidade**. Petrópolis: Vozes, 1983

ZANFELICI, Tatiane Oliveira; OLIVEIRA, Susi Lippi Marques. Ensino de testes psicológicos a alunos com deficiências sensoriais: expectativas e experiências. **Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment**, v. 12, n. 3, p. 369–378, 2013. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000300012. Acesso em: 01 set. 2025.